

Força Aérea**Comando de Pessoal da Força Aérea****Despacho n.º 3346/2017****Artigo único**

1 — Ao abrigo da subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, determino que os militares em seguida mencionados ingressem na categoria de Praças do regime de contrato, na especialidade de Mecânicos de Material Aéreo, no posto de Segundo-Cabo, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 259.º conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 269.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, por terem concluído com aproveitamento, em 16 de março de 2017, a Instrução Complementar:

2CABG, MMA, 139815-G, Joaquim Filipe Teixeira Leite — CFMTFA

2CABG, MMA, 139808-D, Bruno Miguel Fonseca da Silva — CFMTFA

2CABG, MMA, 139819-K, Vinicius Alexandre Gama dos Reis — CFMTFA

2CABG, MMA, 139822-K, Luís Fagundes Freitas Querido — CFMTFA

2CABG, MMA, 139809-B, Carlos Filipe Cristóvão de Brito — CFMTFA

2CABG, MMA, 139818-A, Fábio André Campos de Sousa — CFMTFA

2CABG, MMA, 139821-A, Rafael Martins Borges — CFMTFA

2CABG, MMA, 139810-F, Leonardo Afonso São Pedro Ferreira — CFMTFA

2CABG, MMA, 139813-L, Alexander Solomko — CFMTFA

2CABG, MMA, 139820-C, Susana Daniela Cardoso Henriques — CFMTFA

2CABG, MMA, 139811-D, André Miguel Messias — CFMTFA

2CABG, MMA, 139825-D, Cláudio Pato Beirão — CFMTFA

2CABG, MMA, 139816-E, Luis Jorge Correia Costa — CFMTFA

2CABG, MMA, 139826-B, Rafael Alexandre Mendes de Castro — CFMTFA

2CABG, MMA, 139824-F, Emanuel Artur Gomes Ramos — CFMTFA

2CABG, MMA, 139814-J, André Alexandre de Melo Rosa — CFMTFA

2CABG, MMA, 139817-C, Constantin Delejan — CFMTFA

2CABG, MMA, 139823-H, Fábio Daniel Santos Moreira Barbosa Barros — CFMTFA

2 — Contam a antiguidade desde 14 de agosto de 2016 e os efeitos administrativos desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*.

3 — Mantém a posição remuneratória em que se encontram.

17 de março de 2017. — O Diretor do Pessoal, *Eurico Fernando Justino Craveiro*, Major General Piloto Aviador.

310379343

Despacho n.º 3347/2017**Artigo único**

1 — Ao abrigo da subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, determino que os militares em seguida mencionados ingressem na categoria de Praças do regime de contrato, nas especialidades abaixo indicadas, no posto de Segundo-Cabo, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 259.º conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 269.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, por terem concluído com aproveitamento, em 23 de março de 2017, a Instrução Complementar:

a) OPMET

2CABG OPMET 139827 L, Eduardo Manuel Gonçalves Vieira — CFMTFA

2CABG OPMET 139829 G, David Jorge Sequeira Cavaco — CFMTFA

2CABG OPMET 139831 J, Sara Davide dos Santos Barroso Rodrigues — CFMTFA

2CABG OPMET 139828 J, Diogo Rafael Marques Lopes — CFMTFA

2CABG OPMET 139830 L, Dementiy Tkabuladze — CFMTFA

b) ABST

2CABG ABST 139787 H, Susana Cristina Norberto Pires — CFMTFA

2CABG ABST 139793 B, Filipe José Ferreira Alves — CFMTFA

2CABG ABST 139789 D, Agostinho Lizardo de Azevedo — CFMTFA

2CABG ABST 139788 F, Ricardo de Carvalho Marques — CFMTFA

2CABG ABST 139791 F, Alexandra Teixeira Alves — CFMTFA

2CABG ABST 139792 D, Guilherme André Paiva Alves Viegas Louro — CFMTFA

2CABG ABST 139794 L, Jorge Maria Vilardebó de Bastos Viegas — CFMTFA

2CABG ABST 139790 H, Daniel Filipe Rodrigues Dias — CFMTFA

2 — Contam a antiguidade desde 14 de agosto de 2016 e os efeitos administrativos desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*.

3 — Mantém a posição remuneratória em que se encontram.

24 de março de 2017. — O Diretor do Pessoal, *Eurico Fernando Justino Craveiro*, Major General Piloto Aviador.

310382631

JUSTIÇA**Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça****Despacho n.º 3348/2017**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto, para exercer funções no meu gabinete, o licenciado João Carlos de Sousa Rosa Encarnação Guedes, Técnico Superior da Autoridade Tributária e Aduaneira.

2 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do referido Decreto-Lei, o designado fica autorizado a exercer atividades de coordenação na área da formação desportiva de crianças e jovens.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 5 de abril de 2017.

12 de abril de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota Curricular**1 — Identificação:**

1.1 — Nome: João Carlos de Sousa Rosa Encarnação Guedes.

1.2 — Data de nascimento: 3 de novembro de 1972.

1.3 — Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações literárias:

2.1 — Licenciatura em Gestão, pela Universidade Internacional (UI), 1995.

2.2 — Pós-graduação em Fiscalidade, pelo Instituto Superior de Gestão (ISG), 2001.

3 — Formação profissional com maior relevância:

3.1 — Curso de formação de Informática, no Instituto de Línguas e Informática — IPFEL.

3.2 — Cursos de formação profissional de Contabilidade e Finanças, financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, promovido pelo CIDEC — Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos.

3.3 — Curso de formação bancária, no Montepio Geral — Caixa Económica e Instituto de Formação Bancária.

3.4 — Apresentação do novo Plano Oficial de Contabilidade Pública — POCP, na Universidade Nova de Lisboa — Instituto de Formação de Executivos.

3.5 — Cursos de formação ministrados pelo GEDI — Gabinete de Estudos e Divulgação Informática, S. A.:

3.5.1 — Novo regime de despesas públicas/aquisição de bens móveis e serviços — Decreto-Lei n.º 197/99;

3.5.2 — Fundamentos de POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública;

3.5.3 — CIME — cadastro e inventário dos móveis do Estado.

3.6 — Cursos de formação no INA, para o exercício de cargos de direção superior:

3.6.1 — Seminário de Alta Direção;

3.6.2 — CAGEP — Curso Avançado em Gestão Pública.

3.7 — Módulos (eLearning):

3.7.1 — Gestão por Objetivos;

3.7.2 — Gestão Financeira nos Serviços Públicos;

3.7.3 — Gestão Estratégica;

3.7.4 — A Gestão da Produtividade na Administração Pública;

- 3.7.5 — A Gestão de conteúdos e processos.
 3.8 — Avaliação de Desempenho.
 3.9 — Formador:
 3.9.1 — CCP — Certificado de Competências Pedagógicas (Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores);
 3.9.2 — Técnicas de Apresentação (regime eLearning).
 3.10 — IEFPI — Inglês Avançado (regime presencial).
 4 — Percurso profissional:
 4.1 — 1994/1995: DGCI — Direção-Geral das Contribuições e Impostos (Ministério das Finanças), área administrativa/informática.
 4.2 — 1996/1997: PROSEGUR, Companhia de Segurança, S. A., área de contabilidade geral e analítica, no Departamento Administrativo/Financeiro.
 4.3 — jun/1997 — set/1997: Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social), técnico superior de informática de 2.ª classe estagiário, na Direção de Serviços de Organização e Informática.
 4.4 — Ministério das Finanças, DGCI — Direção-Geral dos Impostos:
 4.4.1 — set/1997 — mai/1998: técnico superior de 2.ª classe estagiário, na Direção de Serviços Financeiros (Serviços Centrais);
 4.4.2 — jun/1998 — abr/1999: técnico superior de 2.ª classe, no Gabinete de Auditoria Interna;
 4.4.3 — mai/1999 — jan/2003: Coordenador/Chefe do Serviço de Administração Financeira e do Material — SAFM (área de apoio administrativo), na 1.ª Direção de Finanças de Lisboa (nomeado na categoria de técnico superior de 1.ª classe);
 4.4.4 — fev/2003 — mai/2003: técnico superior de 1.ª classe, no Gabinete de Auditoria Interna.
 4.5 — Ministério da Justiça:
 4.5.1 — mai/2003 — jul/2005: Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Recursos Patrimoniais nos Serviços Sociais do Ministério da Justiça (SSMJ);
 4.5.2 — jul/2005 — dez/2007: Diretor de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros, nos Serviços Sociais do Ministério da Justiça (SSMJ);
 4.5.3 — jan/2008 — out/2009: Assessor no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (SEAJ).
 4.6 — Ministério da Administração Interna:
 4.6.1 — nov/2009 — mar/2011: Assessor no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (SEAAI);
 4.6.2 — mar/2011 — jun/2011: Adjunto (substituto legal do chefe de gabinete) no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (SEAAI).
 4.7 — Autoridade Tributária e Aduaneira:
 4.7.1 — jul/2011 — abr/2012: técnico superior assessor, na área de Cobrança — Direção de Serviços de Contabilidade e Controlo (Divisão de Contabilidade);
 4.7.2 — abr/2012 — mar/2017: técnico superior assessor, na área de Planeamento — Direção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão (Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão).

310432738

JUSTIÇA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E ECONOMIA

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Aviso n.º 4200/2017

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei geral dos Trabalhadores em Funções Públicas — LTFP), torna-se público que, nos termos do artigo 47.º da referida lei, a técnica superior Maria Alexandra Pereira Azevedo Santos denunciou, durante o período experimental, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., com efeitos a 15 de março de 2016.

21 de março de 2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

310376005

Aviso n.º 4201/2017

Nos termos dos números 5 e 6 do artigo 45.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meus despachos de 23 e 27 de fevereiro de 2017, foram homologadas as avaliações finais do período experimental, na carreira/categoria de técnico superior, dos trabalhadores Alexandre Augusto Fernandes Bernardo Quintela Leitão e Maria Teresa Andrade Santos Costa Montez, respetivamente.

De acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, os referidos períodos experimentais foram concluídos com sucesso, sendo contado para efeitos da atual carreira e categoria.

21 de março de 2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

310376102

Aviso n.º 4202/2017

Nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que após conclusão com aproveitamento da 16.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, realizada no ano de 2015-2016, foram selecionados os Licenciados Pedro Alexandre Monteiro Almeida e Carla Maria Batista Ferreira Lopes, por reunirem as qualificações, competências e capacidades julgadas necessárias e suficientes para o desempenho das funções correspondentes aos postos de trabalho a ocupar, celebrando-se, para o efeito, contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., na carreira de Técnico Superior, com remuneração correspondente à 2.ª posição e ao 15.º nível remuneratório da tabela remuneratória única da carreira de Técnico Superior, com efeitos a 1 de março de 2017.

22 de março de 2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

310376054

Aviso n.º 4203/2017

Torna-se público que, em resultado da homologação da Lista de Ordenação Final do procedimento concursal comum da carreira de Técnico Superior, aberto pelo Aviso n.º 10339-A/2016, de 19 de agosto, foi determinada, pela deliberação do Conselho Diretivo CD/180/17, datada de 09/03/2017, a utilização da reserva de recrutamento interno para 1 posto de trabalho daquela carreira e categoria, pelo que foi celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o trabalhador Nuno Rafael Ribeiro Rodrigues, com período experimental de 180 dias, com a remuneração base mensal de 1.201,48€, correspondente à 2.ª posição e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, e com efeitos a partir de 15 de março do corrente ano.

22 de março de 2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

310376249

Aviso n.º 4204/2017

Após cumprimento de todos os formalismos legais e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se procedeu à consolidação da mobilidade interna da técnica superior Maria Luísa Barroso Branquinho Silvério, na categoria, no mapa de pessoal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., ao abrigo do disposto no artigo 99.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 96.º, ambos do Anexo à referida lei, com efeitos a 26 de janeiro de 2017, ficando posicionada na 7.ª posição e nível remuneratório 35 da Tabela Remuneratória Única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

22 de março de 2017. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

310376135

Declaração de Retificação n.º 243/2017

Por ter sido publicado com inexatidão o Aviso n.º 1761/2017, de 15 de fevereiro, no *Diário da República* 2.ª série, retifica-se:
 Onde se lê:

Nome	Regime	Carreira	Categoria	Posição Remuneratória	Nível Remuneratório	Data Efeito
Sara Isabel Carneiro Saraiva	CTFPI	Técnico Superior	Técnico Superior	2	15	02/01/2017